



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 1\$60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, Lisboa-1.

ASSINATURAS		
As três séries . . .	Ano 850\$	Semestre . . . . . 450\$
A 1.ª série . . . . .	340\$	" . . . . . 180\$
A 2.ª série . . . . .	340\$	" . . . . . 180\$
A 3.ª série . . . . .	320\$	" . . . . . 170\$
Apêndices (art. 2.º, n.º 2, do Dec. n.º 365/70) — anual,	300\$	
«Diário das Sessões» e «Actas da Câmara Corporativa» — por cada período legislativo,	300\$	
Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio		

O preço dos anúncios é de 12\$ a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, quando se trate de entidade particular.

## CONDIÇÕES DE ASSINATURAS

### «Diário do Governo»:

- As 3 séries: 850\$ por ano ou 450\$ por semestre.
- A 1.ª série: 340\$ por ano ou 180\$ por semestre
- A 2.ª série: 340\$ por ano ou 180\$ por semestre
- A 3.ª série: 320\$ por ano ou 170\$ por semestre.
- Apêndices (art. 2.º, n.º 2, do Dec. n.º 365/70) — anual, 300\$.

«Diário das Sessões» e «Actas da Câmara Corporativa» — por cada período legislativo, 300\$.

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio.

O «Diário das Sessões» e as «Actas da Câmara Corporativa» do presente período legislativo são distribuídos gratuitamente a todos os assinantes que recebam a 1.ª série do «Diário do Governo».

A venda e a aceitação de assinaturas do apêndice ao «Diário do Governo», «Boletim da Propriedade Industrial», processam-se na Repartição da Propriedade Industrial, Campo das Cebolas, Lisboa, nas seguintes condições:

- Continente, ilhas adjacentes e ultramar — 200\$.
- Espanha e colónias espanholas — 300\$.
- Outros países — 400\$.
- Número avulso, cada 4 páginas — 1\$60.

## SUMÁRIO

### Presidência do Conselho:

#### Portaria n.º 423/72:

Autoriza o Conselho Administrativo da Base Aérea n.º 6 a sacar, em conta do capítulo 10.º do orçamento ordinário de Encargos Gerais da Nação, uma determinada importância.

### Ministério da Justiça:

#### Portaria n.º 424/72:

Cria o lugar de oficial-porteiro do Tribunal da Comarca de Vila da Feira.

### Declaração:

De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério.

### Ministério do Ultramar:

#### Portaria n.º 425/72:

Torna extensiva às províncias ultramarinas, com alterações, a Lei n.º 2142, de 14 de Maio de 1962, respeitante ao regime de expropriações de carácter muito urgente.

### Ministério da Economia:

#### Portaria n.º 426/72:

Fixa as áreas máximas, por concelho, que podem ser sujeitas ao regime de coutada, e manda observar várias disposições respeitantes ao pedidos de concessão de coutadas.

### Supremo Tribunal de Justiça:

#### Assento de 11 de Julho de 1972:

Formulado no acórdão proferido nos autos de recurso para o tribunal pleno com o n.º 88 448, em que é recorrente o Ministério Público e recorrido Manuel Pereira dos Santos.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

### SECRETARIA DE ESTADO DA AERONÁUTICA

#### Portaria n.º 423/72

de 3 de Agosto

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Aeronáutica, que, nos termos do § 4.º do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 41 758, de 25 de Julho de 1958, o Conselho Administrativo da Base Aérea n.º 6 seja autorizado a sacar, em conta do capítulo 10.º do orçamento ordinário de Encargos Gerais da Nação em vigor, a importância que lhe é indicada:

Art. 317.º — «Conservação e aproveitamento de bens»:

Base Aérea n.º 6 . . . . . 7 000\$00

Secretaria de Estado da Aeronáutica, 19 de Julho de 1972. — O Secretário de Estado da Aeronáutica, José Pereira do Nascimento.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Direcção-Geral da Justiça

#### Portaria n.º 424/72

de 3 de Agosto

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que, nos termos do artigo 318.º, n.º 2, do Estatuto Judiciário, seja criado o lugar de oficial-porteiro do Tribunal da Comarca de Vila da Feira.

Ministério da Justiça, 20 de Julho de 1972. — O Ministro da Justiça, Mário Júlio Brito de Almeida Costa.